



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

SAFS - Quadra 06 - Lote 01 - Trecho III - CEP 70095-900 - Brasília - DF - www.stj.jus.br

MGSTJ - ATA DE REUNIÃO

1. INFORMAÇÕES GERAIS

Data	23/01/2023 Data alterada para 14/12/2022, conforme doc. SEI 3329694
Horário	Das 10 às 12h
Local	Sala de Videoconferências I - 1º andar - Ed. Ministros I
Responsável pelo registro	Ana Cláudia de Almeida Abreu Faria
Participantes	Carl Olav Smith (Secretaria Geral da Presidência) Alexandre Fabre (Secretaria Executivo da Presidência) Luiz Otávio Moura (Secretaria Geral da Presidência) Tatiana Estanislau (Ouvidoria) Sérgio Pedreira (Gabinete do Diretor-Geral) Sueli Cristina (Gabinete do Diretor-Geral) Daniella Gonçalves (Gabinete do Diretor-Geral) Leonardo Peixoto de Melo (Gabinete do Diretor-Geral) Roberto Petruff (Gabinete do Diretor-Geral) Carlos Eduardo Dias (Gabinete do Diretor-Geral) Ana Carolina Rodrigues (Gabinete do Diretor-Geral) Raquel Mizuno (Gabinete do Diretor-Geral) Luiz Fernando Freitas (Assessoria Jurídica) Lener Taplion (Assessoria de Ética e Conduta) Ketlin Feitosa (Assessoria de Gestão Sustentável) Elaine Nóbrega (Assessoria de Gestão Estratégica) Simone Pinheiro (Comissão de Acessibilidade e Inclusão) Josiane Cury (Secretaria de Documentação) Lucimar Dantas (Secretaria de Administração) Solange Rossi (Secretaria de Gestão de Pessoas) Sartre Gonçalves (Secretaria de Serviços Integrados de Saúde) Humberto Pradera (Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação) Denisse Dias (Secretaria de Segurança) Fabiana Bittes (Secretaria de Orçamento e Finanças) Mariana Camargo (Centro de Formação e Gestão Judiciária) Thaísa Carvalho (Assessoria para Assuntos Funcionais de Magistrados) Karima Kassab (Assessoria de Relações Internacionais) Daniel Castro (Assessoria de Inteligência Artificial) Marcelo Marchiori (Núcleo de Gerenciamento de Precedentes e de Ações Coletivas) Natália de Mattos (Secretaria de Comunicação Social) Antonio Augusto Gentil (Secretaria Judiciária) Rubens Cesar (Secretaria de Processamento de Feitos) Bárbara Brito (Secretaria de Jurisprudência) Rodrigo Campos (Assessoria de Admissibilidade, Recursos Repetitivos e Relevância) Ivo Mützenberg (Auditoria Interna)

2. OBJETIVOS DA REUNIÃO

Deliberar sobre a situação do portfólio estratégico do STJ para o período 2022-2024.

3. PENDÊNCIAS DE REUNIÕES ANTERIORES

Situação das pendências registradas na RAE n. 3, realizada em 4/10/2022, conforme Processo SEI/STJ n. 001628/2020:

Ação	Responsável	Prazo	Situação
Aprovar o relatório final da Pesquisa de Imagem do Tribunal.	Alta Administração	dez/2022	Em encerramento.
Ajustar a meta do Indicador "Pessoas beneficiadas pelas ações de cidadania" para 15.000 ao ano, já a partir de 2022.	CPES/AGE	dez/2022	Realizado.
Estudar com mais detalhe os ajustes no indicador "Redução de acervo" para apresentar nova proposta de mensuração.	AGE/Unidades judicantes	dez/2022	Em tratamento para apresentação na RAE de janeiro.
Ajustar a descrição da meta e as metas desdobradas do indicador "Julgamento de ações coletivas", em alinhamento à Meta 6 de 2022, de 100% para 99%.	CPES/AGE	dez/2022	Realizado.
Apresentar novos indicadores para mensurar o objetivo "Prevenir litígios", de modo a substituir o atual "Controvérsias criadas".	NUGEPNAC/SJR SJD/AGE	dez/2022	Em tratamento para apresentação na RAE de janeiro.
Contatar os gabinetes de ministros para maior sensibilização sobre a Meta 4 de 2022.	GSP/AGE	dez/2022	Reunião agendada com a Ministra Presidente para o dia 14/12/2022.
Contatar os gabinetes de ministros para repassar informações com maiores detalhes sobre o desempenho da Meta 7, antes de atingir os 365 dias.	NUGEPNAC	dez/2022	Em tratamento para apresentação na RAE de janeiro.
Iniciar a modelagem na SSE e retomar o mapeamento de processos na STI.	AGE/SSE/STI	dez/2022	Acionado pela AGE; aguardando autorização das unidades interessadas.
Adotar ação corretiva para os recorrentes atrasos relacionados à iniciativa "IA-CM - Modelo de Capacidade de Auditoria Interna".	AUD	dez/2022	Convertido em iniciativa setorial.

Pensar em novas métricas para o objetivo "Aperfeiçoar os serviços e a infraestrutura de tecnologia da informação e comunicação - TIC".	STI/AIA	dez/2022	Em tratamento para apresentação na RAE de janeiro.
Cancelar a iniciativa "Automação apoiada por IA" e formular projetos mais específicos.	ARP/AIA/AGE	dez/2022	Realizado.
Suspender a iniciativa "Triagem processual avançada".	ARP/AGE	dez/2022	Realizado.
Estudar métrica e ações corretivas para o indicador "Cursos com instrutoria interna".	CEFOR	dez/2022	Em tratamento para apresentação na RAE de janeiro.
Atualizar o Manual de Organização do STJ.	Todas as unidades/AGE	out/2022	Realizado.

4. ATA

4.1. Abertura da reunião

Dr. Sérgio (ST) abriu a reunião e deu as boas-vindas a todos os presentes. Passou a palavra para a Dra. Elaine (AGE), que mencionou como foco principal do encontro a atualização do Portfólio Estratégico do Plano STJ 2021-2026.

4.2. Proposta de formalização de novo valor institucional

A Dra. Simone (ACI) explicou que a inclusão do valor institucional **Acessibilidade** no rol de valores do Plano STJ 2021-2026 era uma das ações aprovadas no Plano de Trabalho da ACI pela Ministra Nancy Andrichi e, por esse motivo, instruiu o processo 14050/2022, que foi enviado à AGE para análise técnica e deliberação em RAE. Dentre as várias justificativas evidenciadas no referido processo, Simone ressaltou a importância de tratarmos do tema com prioridade, visto que há 45 milhões de pessoas que necessitam de atenção especial quanto à acessibilidade, com perspectiva de um número cada vez maior. Disse que acessibilidade é do homem para o homem e que a priorização desse valor também irá auxiliar na prática diária de todos os outros atuais valores, a exemplo da ética e da sustentabilidade. Citou ainda que há em torno de 1800 advogados cegos que podem acessar o STJ a qualquer momento. Simone explicou ainda que participa de um comitê dedicado a pessoas com deficiência no CNJ e que a questão é de extrema relevância. Por fim, leu a proposta de definição oficial do valor acessibilidade: "assegurar os direitos e o pleno exercício da cidadania às pessoas com deficiência e/ou com mobilidade reduzida, em igualdade de condições com os demais usuários do STJ". Na sequência, o Dr. Sérgio (ST) abriu a palavra ao colegiado para manifestações. A Dra. Ketlin (AGS) reforçou a importância desse valor atualmente e ressaltou que valor não tem negociação, é base fundamental das nossas ações. Mencionou ainda que o STJ é uma vitrine e elogiou a iniciativa da ACI. Colocada em votação pelo Dr. Sérgio (ST), a proposta de adoção do valor acessibilidade foi aprovada por unanimidade.

4.3. Movimentação processual no período

A Dra. Elaine (AGE) apresentou brevemente os números da movimentação processual no STJ ao final do mês de novembro/2022, conforme dados constantes dos slides.

4.4. Situação geral do Plano STJ 2021-2026

Em seguida, a Dra. Elaine (AGE) apresentou também o resultado geral do mapa estratégico referente a

novembro de 2022 e explicou que em dezembro, após mensuração de todos os indicadores semestrais e anuais, será possível obter uma melhor noção dos resultados de 2022.

4.5. Situação das iniciativas estratégicas no período

A Dra. Elaine (AGE) comentou sobre o procedimento utilizado para levantamento de novas iniciativas estratégicas para essa gestão e apresentou um quadro com os critérios de avaliação adotados. Com base nessa avaliação, algumas iniciativas apresentadas foram classificadas como setoriais e outras como estratégicas, completou. Mostrou uma tabela com o número de iniciativas que estão atualmente no Portfólio Estratégico, por objetivo constante do mapa estratégico do Tribunal, totalizando 49 iniciativas, mostrando que essas iniciativas buscam impulsionar o cumprimento de cada um dos objetivos priorizados pelo STJ. Finalizou essa introdução apresentando um gráfico do tipo pizza com o total de 83 iniciativas do Portfólio Estratégico 2021-2026, sendo que 31 estão concluídas, 3 foram canceladas, 19 dizem respeito a atividades judicantes e 30 são referentes a atividades administrativas.

· Secretaria Geral da Presidência – SG

A Dra. Elaine (AGE) comentou que 20 iniciativas estão sob responsabilidade de unidades vinculadas à SG e passou a palavra, inicialmente para a Ouvidoria. A Dra. Tatiana Estanislau (OUV), citou que há 5 novas iniciativas e que o projeto “**pesquisa de imagem**” está em processo de encerramento e novas ações serão adotadas com essa finalidade, conforme orientação da Alta Administração.

Sobre o “**balcão virtual**”, a Dra. Tatiana (OUV) citou o exitoso exemplo do balcão da SJD, serviço mais elogiado no Tribunal, por meio da Ouvidoria. Explicou que a criação do balcão da Ouvidoria era uma intenção antiga e que, com a pandemia, essa necessidade ficou muito evidente. Citou ainda a necessidade de atendimento à Resolução CNJ n. 432/2021. O Dr. Augusto (SJD) disse que a secretaria está à disposição da OUV para o que for necessário para troca de experiências. O Dr. Alexandre (SE) comentou que a SE tem utilizado muito o balcão virtual da SJD com sucesso total.

Sobre a “**pesquisa 5.0**”, a Dra. Tatiana (OUV) frisou que, desde a publicação da LAI, a pesquisa institucional de satisfação com os serviços do STJ está sob responsabilidade da Ouvidoria. Disse que é um serviço desafiador, considerando as necessidades dos usuários e das unidades do tribunal, bem como o know-how técnico necessário. Uma análise mais aprofundada das pesquisas para entendimento dos problemas é necessária até mesmo devido ao baixo número atual de respondentes, explicou. A proposta do projeto é partir dessa análise, fazer um projeto piloto e melhorar o procedimento de pesquisa de satisfação do tribunal. A Dra. Ketlin (AGS) afirmou que a pouca participação é realmente um problema e, para impulsionar os usuários a responderem os questionários, sugeriu que a emissão de certificados de capacitações esteja condicionada à participação na pesquisa de satisfação após o evento, por meio de um link para o formulário. A Dra. Mariana (CEFOR) disse que essa ação é possível, mas que precisará de apoio do pessoal da STI. O Dr. Alexandre (SE) disse que ENFAM já adota essa prática atualmente. Dr. Carl (SG) questionou a validade da proposta apresentada, pois seria complicado para o usuário avaliar serviços que não tenha utilizado. Comentou ainda que o que move as pessoas a participar de pesquisas é a reclamação e não o elogio, o que pode acabar por distorcer o resultado real da satisfação. A Dra. Tatiana (OUV) explicou, por fim, que irá avaliar melhor essa possibilidade, junto com o CEFOR, mas que a pesquisa atual é feita em sua maior parte por serviço específico, onde o usuário responde ao questionário logo após o uso do serviço.

Quanto à iniciativa “**experiência do usuário nos portais do STJ**”, a Dra. Tatiana (OUV) comentou que a Ouvidoria como guardiã do valor transparência propõe no projeto analisar o comportamento do usuário nos portais da transparência e de dados abertos, visando propor ações de melhoria e maior transparência.

A iniciativa “**linguagem cidadã**” é decorrente de projeto de lei que exige a adoção de uma linguagem mais clara e inclusiva, com um encarregado no órgão pelo tema, explicou a Dra. Tatiana (OUV). Disse ainda que a linguagem do judiciário é muito técnica, motivo pelo qual os tribunais são um dos focos do uso da linguagem cidadã.

O “**sistema de recebimento e tratamento de denúncias**”, que deve integrar o escopo do Programa Colmeia, é uma iniciativa voltada aos trâmites das demandas que não geram processo administrativo, que não estão totalmente estabelecidos e podem causar insegurança no demandante. A proposta, informou a Dra. Tatiana (OUV), é mapear esse processo de trabalho, em interface com as outras unidades envolvidas. Há uma estreita relação com as ações de *compliance* e integridade, finalizou.

O Dr. Augusto (SJD) comentou que a iniciativa “**triagem processual avançada**” está suspensa somente enquanto aguarda a contratação de novos desenvolvedores terceirizados para atuarem no projeto. Explicou também que o “**Judiciária Web**”, uma das vertentes do programa Justiça Web, é tocado em parceria com a STI, com boas perspectivas, visto que estão agrupando diversos módulos em um só.

O projeto “**redução de demandas**” possui co-gestão com o Nugepnac e seu escopo diz respeito à celebração de acordos de cooperação técnica com grandes demandantes, com vistas baixarem normas internas que atuem na desjudicialização junto ao STJ, a exemplo do que já acontece atualmente com a AGU e as defensorias públicas, entrando agora também o Ministério Público de São Paulo, explicou Augusto.

Documentar itens previstos em lei, com as devidas marcações no sistema Justiça, dando visibilidade aos processos em questão é o objetivo do novo projeto da SJD, “**marcação de políticas públicas e prioridades legais**”, informou o Dr. Augusto (SJD). Os processos também devem ter marcação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis – ODS, completou. A Dra. Tatiana (OUV) disse que a Ouvidoria tem grande interesse nesse tema, para melhor atender à demanda dos usuários.

Dr. Rubens (SPF) iniciou seus comentários explicando que quando o sistema Justiça foi criado não havia a possibilidade de inclusão de “**arquivos de áudio e vídeo**”, mas que hoje é um item fundamental. Já existe a sustentação oral, entretanto é necessário que todos esses documentos fiquem registrados dentro do processo judicial.

O “**sistema CEJU**” é uma demanda antiga voltada aos precatórios e requisições de pequeno valor, que nunca foi priorizada e faz-se necessária, explicou Rubens. E, quanto ao “SPF Web”, a intenção é mudar a linguagem do delphi para o formato web, finalizou.

Após solicitação do Dr. Sérgio (ST) para que comentasse sobre a publicação de decisões em períodos de férias e recessos ao colegiado presente, Dr. Rubens (SPF) explicou que essa também era uma necessidade antiga e que, com o apoio do DG e da Presidência, nessa gestão, finalmente a publicação será feita diariamente, mesmo nas férias e recessos. A Dra. Bárbara (SJR) acrescentou que essa ação tem impacto direto nos serviços da SJR e que precisará conversar um pouco melhor sobre a mudança de procedimento.

A Dra. Bárbara (SJR) explicou que o há apenas um projeto sob responsabilidade da Secretaria no portfólio estratégico, o “**eJuris**”, vinculado ao Programa Justiça Web, mas que estão tocando paralelamente mais duas iniciativas a nível setorial: jurisprudência administrativa e jurisprudência internacional, conforme acordado com o Secretário Geral da Presidência.

Em relação à AIA, o Dr. Daniel (AIA) mencionou que somente o projeto “**ciência de dados**” é próprio da Assessoria, mas que estão trabalhando em conjunto com o Nugepnac no “**Athos Tribunais**” e com a ARP na iniciativa “**admissibilidade cotejada com serviço de IA (Q2)**”.

O Dr. Marcelo (Nugepnac) comentou que o projeto “**criação do NAC-STJ**” está com status suspenso por falta de regulamentação específica do CNJ, mas disse que o STJ está inclusive auxiliando aquele conselho nessa tarefa. Sobre o projeto “**redução de demandas**”, já mencionado pela SJD, explicou que a intenção é trabalhar em novos temas para tratar precedentes e antecipar cenários, junto com o “**Athos Tribunais**”.

Já no que se refere ao projeto “**relevância constitucional**”, Dr. Marcelo (Nugepnac) frisou que estruturar os impactos da lei no STJ está além das competências do Nugepnac, mas que estão priorizando essa

demanda. A minuta de normativo já foi minutada e culminou no anteprojeto de lei. As próximas etapas, explicou, vão requerer alterações no RISTJ e ajustes no sistema Justiça, ação para a qual será necessária parceria estreita com a STI. Completou dizendo que a relevância da questão federal também vai auxiliar na promoção da **“gestão de precedentes quanto aos jurisdicionados vulneráveis”**, especialmente junto às defensorias públicas.

Dr. Carl (SG) solicitou aos envolvidos uma revisão do escopo do projeto **“redução de demandas”** para inclusão das questões relacionadas ao **“Athos Tribunais”**, dada a relação estreita entre as duas iniciativas.

A Sra. Natália (SCO), por sua vez, disse que a SCO atua praticamente em todos os projetos, no que se refere à divulgação e comunicação de serviços e resultados. Citou as diversas ações pontuais da Secretaria e focou no maior desafio da unidade, que é **“migração do Portal”**. Explicou que o trabalho é feito em conjunto com a STI, de quem precisa do apoio total, visto que a ferramenta atual não é adequada. Completou dizendo que as tratativas já iniciaram, que haverá uma pesquisa de preços inicial para saber quanto custará o projeto, cujo escopo é muito grande e complexo. Finalizou comentando que muitas informações do Portal se perderam com o ataque hacker sofrido pelo STJ e há uma grande preocupação em evitar que isso ocorra novamente. O Sr. Humberto (STI) esclareceu aos presentes que a dificuldade do referido projeto é a mesma do Programa Justiça Web, devido à sua extensão e complexidade.

· Secretaria Executiva – SE

Passou-se à apresentação dos projetos vinculados à Secretaria Executiva (SE).

O Dr. Rodrigo (ARP) ratificou a fala da SJD sobre o projeto **“triagem processual avançada”**. No que diz respeito ao **“admissibilidade cotejada com serviço de IA (Q2)”**, explicou que a iniciativa terá dois momentos importantes e agradeceu a equipe da Presidência, que está dando total apoio a esta empreitada.

Em relação ao projeto **“HC potencialmente inadmissível”**, Dr. Rodrigo (ARP) disse que seu objetivo é ampliar o rol de análises que são feitas atualmente na ARP e reduzir a distribuição de processos.

Comentou-se que a representante da AJC não pode comparecer à reunião para comentar sobre o projeto **“julgamento eletrônico”**, de sua responsabilidade, mas o Dr. Carl (SG) disse que a área será muito impactada com a relevância constitucional.

· Secretaria do Tribunal – ST

Foi dada a palavra para a SAD, que na pessoa do Dr. Lucimar (SAD), explicou que a obra do **“arquivo documental”** está a pleno vapor e irá atender a uma necessidade da SED. Dra. Josiane (SED), agradeceu a todos pela parceria na implementação desse projeto muito importante que irá tratar de um total de 11 mil metros lineares de documentos. Assim, segundo ela, o STJ pretende ser o tribunal superior pioneiro a ter seu acervo físico dentro dos padrões e normas exigidos pelo Arquivo Nacional.

Dr. Lucimar (SAD), comentou que o projeto da **“energia solar”**, iniciado na gestão anterior, vai gerar energia limpa para o STJ e que será concluído em breve. **“A modernização e evolução do sistema Administra”** está em fase de conclusão do processo licitatório e há necessidade de migrar todo o sistema para o formato web, visto que ele atende à SAD e à SOF. Dr. Lucimar finalizou dizendo que a parceria com a STI para essa ação está muito boa.

Na sequência, a Dra. Solange (SGP) explicou que o projeto **“eSocial”** tem quatro fases, sendo que 3 delas já estão prontas e a quarta, referente à segurança e saúde no trabalho, está prevista para conclusão no início de 2023. O projeto **“iSGP”** é uma demanda antiga da Secretaria, que passou por várias fases, e atualmente está sendo realizado procedimento de aquisição de nova ferramenta. O processo está na AJU e o edital está pronto, explicou a Dra. Solange, entretanto, haverá uma nova rodada de pesquisa de preços.

Dra. Solange comentou ainda que irá apresentar, em breve, o projeto “**dimensionamento da força de trabalho**”, cujo projeto piloto foi bem-sucedido e há intenção de ampliar para todo o tribunal. Citou também uma ideia de projeto voltado à inclusão de servidores e terceirizados, que envolve o CEFOR e a AGE, com ações de capacitação. Para o próximo ano, finalizou a Dra. Solange, devem ser apresentadas duas novas propostas de iniciativas, uma para os servidores ativos e outra para os servidores aposentados. A Dra. Ketlin (AGS) comentou sobre o projeto “**STJ + (inclusão/equidade/diversidade)**” que deverá atuar como um grande guarda-chuva das ações do tribunal voltadas ao tema, projeto esse que está vinculado ao Humaniza STJ.

O Dr. Lener (AEC) ressaltou a importância do cadastramento geral de servidores na intranet, ação que beneficiará vários projetos do Portfólio Estratégico, a exemplo do eSocial.

Além da preocupação com os documentos físicos, comentou a Dra. Josiane (SED), há um foco também na “**preservação dos documentos digitais**”, o que justifica o Programa de Preservação Digital do Superior Tribunal de Justiça, uma iniciativa estratégica de longo prazo, composta de vários projetos, todos voltados à salvaguarda do acervo arquivístico digital do STJ. Dois dos projetos estão em andamento: Implantação do Repositório Arquivístico Digital Confiável (RDC-Arq) e Migração do Fluxus, que visa trazer os documentos antigos do sistema Fluxus para o sistema SEI, a fim de resguardar informações oficiais. Atualmente, os integrantes do grupo de trabalho instituído pela Portaria STJ/GDG n. 675/2022 trabalham na instalação das plataformas de preservação (Archivematica) e de acesso (Atom).

Sobre o “**sistema de informações de custos**”, a Dra. Fabiana (SOF) explicou que a empresa contratada pediu uma dilação do prazo final de fevereiro para março, tendo em vista a complexidade de ações do projeto, que teriam sido mal dimensionadas no início dos trabalhos. A Dra. Ana Carolina (GDG) questionou o prazo das entregas do STJ previstas no cronograma, após o trabalho da contratada e a Dra. Fabiana respondeu que haveria uma reunião no mesmo dia com a contratada e as unidades envolvidas na gestão do projeto para revisão do cronograma. O Dr. Humberto (STI) reafirmou que o problema é a complexidade das demandas e não exatamente de novos desenvolvedores para trabalharem no sistema. Por fim, o Dr. Sérgio (ST) pediu uma reunião específica sobre o projeto ainda este ano.

O atual “**Código de Conduta**” do STJ é de 2009, afirmou o Dr. Lener (AEC), motivo pelo qual foi proposto o projeto em questão. A ideia é realizar uma revisão geral e incluir questões mais recentes ainda não abarcadas pelo documento, como as redes sociais e o teletrabalho.

A Dra. Ketlin (AGS) falou novamente sobre o projeto “**STJ +**”, reforçando que se trata de uma pauta conjunta e precisa ser trabalhada com as unidades envolvidas. Citou como referência uma ação semelhante já adotada pelo TJDFT.

Em relação ao projeto “**formação continuada para diminuição do acervo**”, a Dra. Mariana (CEFOR) explicou que o centro de formação está com um olhar específico para a capacitação de servidores dos gabinetes, focado nas matérias de maior volume do acervo e nos gaps de competências identificados no Aprimore. Por ser uma questão sensível, ainda está em análise a melhor forma de implementar a ação.

A Dra. Elaine (AGE) iniciou a sua fala dizendo que são vários projetos de responsabilidade da Assessoria, específicos ou em parceria com outras unidades. Apresentou o “**Programa Colmeia**”, explicando que seu nome foi motivado pela união de esforços das abelhas em um objetivo comum: fazer mel. Citou, um a um, os projetos que o compõem e disse que o resultado total é maior do que a soma de suas partes. Para melhorar a governança institucional, comentou a Dra. Elaine (AGE), já estão em análise mais de 500 grupos de estudos, comissões ou comitês criados no STJ por normativos específicos. Disse que planos de contingência e continuidade são necessários e falou ainda sobre a importância de estudos prospectivos.

Sobre o projeto “**alinhamento nos gabinetes**”, Dra. Elaine (AGE) explicou que é preciso levar aos gabinetes a preocupação com resultados para além das metas nacionais. Reforçou que o “**eSocial**” é uma iniciativa

para a qual a AGE está dando suporte à SGP. Por fim, mencionou a atenção especial que está sendo dada ao cumprimento dos planos de ação das “**metas nacionais n. 4 e n. 10**”, esta última, junto com o “**plano de transformação digital**” estão sendo tratadas em parceria estreita com a STI, completou.

Antes de passar a palavra para o Dr. Humberto (STI), Dr. Sérgio (ST) agradeceu a sua dedicação e presteza para com todos no Tribunal que buscam algum apoio da STI.

Dr. Humberto (STI) comentou que, como dito anteriormente pelos colegas presentes, a STI participa de grande parte das iniciativas estratégicas do tribunal. Explicou que o “**Programa Justiça Web**” está na dependência de novos desenvolvedores para ser tocado em sua plenitude. Citou algumas ações que estão sendo feitas visando a “**segurança da informação**”, como a dupla autenticação e falou da “**atualização do parque tecnológico**” do tribunal, que ganhará novas máquinas e equipamentos. Comentou ainda que os projetos apresentados pela SPF não estavam no radar da STI e devem demandar bastante a equipe.

Para atender ao desejo da atual administração, Dr. Humberto (STI) listou algumas ações já em andamento com vistas à “**substituição do banco de dados do tribunal**”, trabalho grande e complexo que está sendo estudado pela Secretaria. Dr. Rubens (SPF) perguntou se a mudança do banco de dados iria agilizar o sistema Justiça e Dr. Humberto (STI) respondeu que, a princípio, não, mas com o tempo haveria benefícios. Frisou que a ideia é migrar somente o que é funcional hoje no sistema Justiça, algo em torno de 80%. Comentou, ainda, que o banco Oracle é o único hoje capaz de substituir o atual IBM utilizado pelo STJ.

Por fim, Dr. Humberto (STI) expressou sua preocupação com projetos como o “**iSGP**” e a “**migração do Portal**”, que talvez necessitem de uma consultoria prévia para avaliar o tamanho e a complexidade das demandas.

Dr. Sérgio (ST) disse que há várias medidas sendo adotadas para eventuais novos ataques cibernéticos e que essa é uma preocupação da Administração. Dr. Humberto (STI), completou que, nesse sentido, a dupla autenticação em vários sistemas em uso no tribunal e o bloqueio de pen-drives auxiliaram muito.

A grandeza de ações destinadas à STI, comentou o Dr. Daniel (AIA), sugere a necessidade de dividir a área de desenvolvimento da Secretaria das demais, para melhor gerenciamento. Dr. Humberto (STI) agradeceu a preocupação e explicou que talvez não seja a melhor alternativa. Dr. Sérgio (ST) estendeu o elogio feito inicialmente ao secretário de tecnologia a todos os coordenadores da área e comentou que a Administração está analisando a possibilidade de separar a área de segurança da informação.

Dr. Rubens (SPF) também agradeceu o trato e o apoio permanente da STI registrando que tudo na vida hoje gira em torno de tecnologia. Perguntou sobre um possível retorno das fotos dos servidores na intranet e o Dr. Luiz Fernando (AJU) respondeu que a análise do processo em questão seria liberada ainda naquele dia.

4.6. Outros assuntos

A Dra. Elaine (AGE) apresentou uma lista de projetos que irão necessitar de aquisições de TIC e outra lista que requer desenvolvimento de TIC. Mencionou o painel BI referente ao [Portfólio Estratégico](#) disponível na intranet e mostrou como consultar o cronograma dos projetos no sistema SEI Gestão Estratégica.

A Dra. Ketlin (AGS) comentou ainda sobre uma iniciativa relacionada ao efeito estufa, que deverá ser encaminhado em breve à Administração para análise.

4.7. Encerramento

Dr. Sérgio (ST) agradeceu a todos pela participação e apresentou votos de boas festas. Agradeceu em especial à AGE pelo acompanhamento efetivo das iniciativas estratégicas, comentou sobre a possibilidade dessas reuniões serem realizadas com maior frequência em 2023 e encerrou a RAE.

5. DECISÕES

Ação	Responsável	Prazo
Tratar as pendências dos indicadores de desempenho citados no item 3 desta ata.	Unidades envolvidas	Próxima RAE
Providenciar os ajustes e divulgação necessária para a formalização do novo valor institucional "acessibilidade".	AGE e ACI	Próxima RAE
Revisar o escopo do projeto "redução de demandas" visando abarcar o "Athos Tribunais".	Unidades envolvidas	Próxima RAE
Realizar reunião para tratar do cronograma do projeto "sistema de custos".	SOF, AGE, STI, GDG	Até 19/12/2022



Documento assinado eletronicamente por **Natália de Mattos Lambert Soares, Secretário de Comunicação Social**, em 23/01/2023, às 17:10, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Antonio Augusto Gentil Santos de Souza, Secretário Judiciário**, em 23/01/2023, às 17:17, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Rubens Cesar Gonçalves Rios, Secretário de Processamento de Feitos**, em 23/01/2023, às 17:24, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Fabiana Bittes Veyl, Secretário de Orçamento e Finanças**, em 23/01/2023, às 17:27, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Barbara Brito de Almeida, Secretário de Jurisprudência**, em 23/01/2023, às 17:33, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Carl Olav Smith, Secretário-Geral da Presidência**, em 23/01/2023, às 17:44, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Josiane Cury Nasser Loureiro, Secretário de Documentação**, em 23/01/2023, às 17:46, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Elaine Nóbrega Borges, Assessor-Chefe**, em 23/01/2023, às 18:01, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Roberto Petruff, Assessor "A"**, em 23/01/2023, às 18:48, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Ana Carolina Franco Costa de Carvalho Rodrigues, Assessor "A"**, em 23/01/2023, às 18:48, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Carlos Eduardo Pereira Dias, Assessor "A"**, em 23/01/2023, às 18:48, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Rodrigo Luís Duarte Campos, Assessor-Chefe**, em 24/01/2023, às 12:39, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Mariana Camargo Rocha, Diretor do Centro de Formação e Gestão Judiciária**, em 24/01/2023, às 13:10, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Lener Taplion Silva Azevedo, Assessor-Chefe**, em 24/01/2023, às 13:13, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Daniella Gonçalves Cabeceira, Assessor "B"**, em 24/01/2023, às 13:31, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Sueli Cristina Moreira de Jesus, Chefe de Gabinete**, em 24/01/2023, às 14:49, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Daniel Castro Machado Miranda, Assessor-Chefe**, em 24/01/2023, às 14:56, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Tháisa de Oliveira Carvalho, Assistente IV**, em 24/01/2023, às 15:22, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Luiz Otávio Borges de Moura, Chefe de Gabinete - Em Substituição**, em 24/01/2023, às 16:09, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Raquel Veloso Mizuno Catelli, Assessor "A"**, em 24/01/2023, às 16:35, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Lucimar de Oliveira Dantas, Coordenador de Compras**, em 24/01/2023, às 18:03, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Sergio José Americo Pedreira, Diretor-Geral**, em 24/01/2023, às 19:27, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Tatiana Aparecida Estanislau de Souza, Ouvidor Auxiliar**, em 30/01/2023, às 15:45, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Sartre Gonçalves Santos, Assistente IV**, em 31/01/2023, às 14:09, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Marcelo Ornellas Marchiori, Assessor-Chefe**, em 01/02/2023, às 15:03, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Ivo Mützenberg, Secretário de Auditoria Interna**, em 01/02/2023, às 15:07, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Alexandre Domingos de Affonso Fabre, Secretário-Executivo da Presidência**, em 01/02/2023, às 15:15, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Simone Pinheiro Machado de Souza, Coordenador**, em 01/02/2023, às 15:59, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Karima Batista Kassab Coelho, Assessor-Chefe**, em 01/02/2023, às 16:34, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Denisse Dias Rosas Ribeiro, Secretário de Segurança**, em 02/02/2023, às 11:08, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site

[https://sei.stj.jus.br/sei/controlador_externo.php?](https://sei.stj.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)

[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](https://sei.stj.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **3326105** e o código CRC **352E4AC9**.



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Escritório Corporativo de Projetos

RETIFICAÇÃO

Na Ata da Reunião de Análise Estratégica (doc SEI n. 3326105) do campo "data" da tabela do item "**1. Informações Gerais**", onde se lê **23/01/2023**, leia-se **14/12/2022**.



Documento assinado eletronicamente por **Rogério Cysne Araújo, Assessor "C"**, em 25/01/2023, às 15:57, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.stj.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **3329694** e o código CRC **A0420890**.